

CONEXÃO TERRITORIAL ENTRE O DIREITO À CIDADE E A SAÚDE PÚBLICA: A REDE BAIANA DE LEITOS OBSTÉTRICOS

1 INTRODUÇÃO

De forma indireta, a legislação urbanística pode facilitar ou inviabilizar o acesso à terra urbanizada, à moradia adequada, aos empregos, às condições de saúde, segurança e salubridade no espaço urbano. As funções sociais da cidade podem se desenvolver de forma plena quando houver redução das desigualdades sociais, promoção da justiça social e melhoria da qualidade de vida urbana. Enquanto a população não tiver acesso à moradia, transporte público, saneamento, cultura, lazer, segurança, educação, saúde, não haverá como presumir que a cidade atende à sua função social (BRASIL, 2005).

Saúde é um direito universal garantido pela Constituição Federal de 1988. Dessa forma, todos têm direito a tratamentos adequados, fornecidos pelo poder público. Na prática, ao criar esse direito, a Carta Magna criou também um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, o Sistema Único de Saúde (SUS). Os direitos à saúde e à cidade estão particularmente interconectados no que se refere à territorialidade (BRASIL, 2018).

Dentre esses direitos assistidos à saúde, está a obstetrícia. Este cuidado com a gestante implica em um parto seguro e respeitoso. As práticas de assistência ao parto passaram por inúmeras transformações ao longo das décadas, desde eventos assistidos por parteiras nos domicílios, até a transferência total dos procedimentos para âmbito hospitalar assistido por um profissional médico. Estas transformações estão relacionadas à evolução das técnicas cirúrgicas e anestésicas, a diminuição dos riscos pós-operatórios imediatos, ao desenvolvimento da área obstétrica, e o direito de escolha da gestante (VILLAR, 2006, apud GUIMARÃES, 2021). Dessa forma, a demanda por centros de partos cresceu. Como a saúde é um direito que deve ser assistido pelo estado, este deve suprir a necessidade da população.

A presente pesquisa foi motivada por um trabalho realizado anteriormente, no qual analisou-se os motivos para qual o Hospital Municipal Antônio Alves Mascarenhas, do município de Santa Barbara no estado da Bahia, cidade com pouco mais de 20 mil habitantes, não estava funcionando (QUEIROZ *et alii*, 2020).

A partir dessa perspectiva, buscando-se analisar o acesso aos centros de parto e avaliar sua suficiência no estado da Bahia, o Programa de Educação Tutorial (PET) Engenharias da UEFS elaborou mapas de calor demonstrando a concentração e distribuição de leitos de obstetrícia, tanto para partos clínicos quanto para cirúrgicos, distribuídos por município e disponibilizados pelo SUS.

O PET é um programa do Governo Federal brasileiro pautado no princípio de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão com o objetivo geral de promover uma formação ampla e de qualidade aos estudantes envolvidos, estimulando assim o desenvolvimento de valores que reforcem a cidadania, a consciência social e a melhoria dos cursos de graduação (MEC, 2006).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Direito Urbanístico

O Direito Urbanístico consiste no conjunto de medidas estatais com a finalidade de organizar os espaços habitáveis, onde o ser humano exerce coletividade, proporcionando melhores condições de vida à comunidade, em todas as áreas da cidade e do campo, onde as realizações humanas ou a preservação da natureza possam contribuir para o bem-estar individual e coletivo. Porém, como nas cidades há uma concentração populacional quando comparada ao campo, suas áreas exigem maiores empreendimentos urbanísticos, visando oferecer o maior bem para o maior número (MEIRELLES, 2000).

Silva (1997), conceitua o Direito Urbanístico como um conjunto de técnicas, regras e instrumentos jurídicos, sistemáticos e informados por princípio apropriados, com intuito de disciplinar o comportamento humano, associado aos espaços habitáveis, ou seja, arte e técnica social de adequar o espaço físico às necessidades e à dignidade da moradia humana. Além disso, afirma que o Direito Urbanístico é a ciência que busca o conhecimento sistematizado das normas e princípios reguladores da atividade urbanística.

Obstetrícia clínica e cirúrgica

A obstetrícia é uma especialidade médica que trata da saúde da mulher durante a gravidez, no parto e no período logo após o nascimento da criança. Na obstetrícia clínica, a saída do bebê ocorre pelo canal vaginal, sem qualquer intervenção cirúrgica. Todo ato transcorre da maneira mais natural possível e com o mínimo de procedimentos, de modo a evitar causar mais dores, complicações e risco de infecções. Somente quando, houver uma real indicação para alguma intervenção, poderá ser realizado o corte na vagina, a colocação de soro na veia e a suspensão da alimentação, além de outros procedimentos. O parto natural é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pois já foram comprovados seus inúmeros benefícios e a diminuição dos riscos maternos e neonatais. (COREN, 2010 apud SILVEIRA, 2016).

De acordo com Bader (2007), a obstetrícia cirúrgica é descrita como o parto de um feto por cirurgia abdominal, requerendo a incisão através da parede uterina. Este procedimento pode ser realizado por escolha da gestante ou quando o parto clínico é inviabilizado. A cesárea de emergência é realizada por indicação fetal, devendo levar cerca de 30 minutos entre a decisão e o procedimento. Já a cesárea de urgência é realizada por indicação materna.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido através de dados colhidos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do ministério da saúde, atualizados para ano de 2022. Foram extraídas duas tabelas do site do CNES: a primeira apresenta a quantidade de leitos de obstetrícia clínica por hospital e seu respectivo município do estado da Bahia, abordando o total de leitos e os disponibilizados para o SUS; a segunda tabela contém os mesmos parâmetros, porém são para os leitos de obstetrícia cirúrgica.

Através dos registros estatísticos coletados, elaborou-se três mapas utilizando o software QGIS, um deles representando a distribuição de leitos de obstetrícia clínica, outro de leitos de obstetrícia cirúrgica e o último a porcentagem de leitos de obstetrícia por habitante, no estado da Bahia. A técnica de visualização de dados utilizada foi o mapa de



calor, onde suas cores mostram a magnitude do fenômeno, representado como está agrupado no espaço. Neste caso a variação de cor deu-se por matiz.

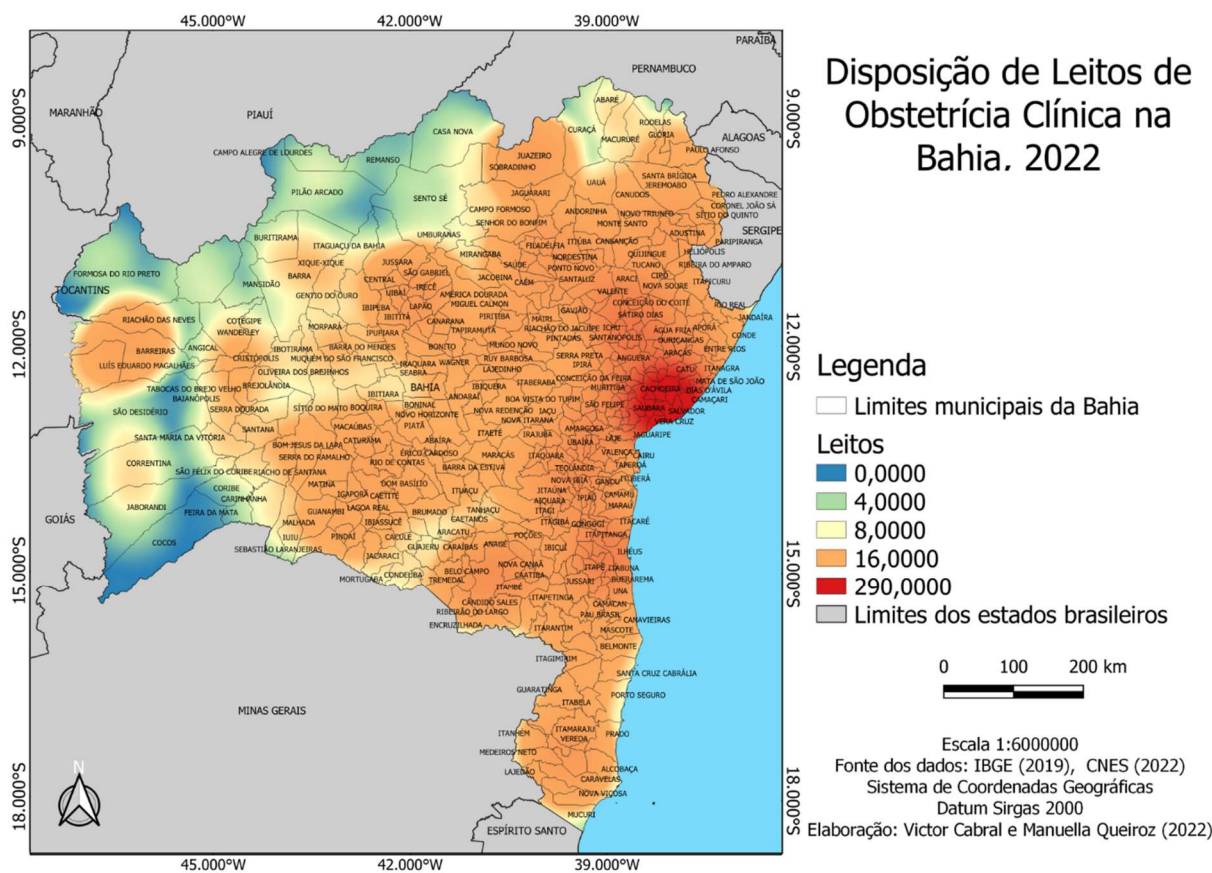
A partir disso, realizou-se uma análise de como esta distribuição está feita, relacionando com o direito urbanístico, buscando compreender se a população está assistida, ou seja, se a quantidade de leitos de obstetrícia é suficiente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após colher os dados observou-se que o atendimento obstétrico clínico na Bahia há 387 estabelecimentos que possuem centros de parto, onde em um total de 2.451 leitos, 2.229 são disponibilizados para o SUS. No caso do atendimento obstétrico cirúrgico, são 253 instituições com centros de parto, distribuídos em 181 municípios, com 1.662 leitos totais, dentre os quais são 173 os municípios que aceitam pacientes que se atendem pelo SUS, com 1.347 leitos (CNES, 2022).

O primeiro mapa desenvolvido foi o da disposição de leitos de obstetrícia clínica no estado da Bahia, que está representada na figura 1. Percebe-se que os leitos estão concentrados na região metropolitana de Salvador e nas suas proximidades, onde possui uma quantidade bastante superior das demais regiões. A zona leste e norte do estado é a que possui menor intensidade de centros de partos, refletida da menor densidade demográfica da região. A cidade com maior número é a capital Salvador com 290 leitos, seguindo de Vitória da Conquista com 45 leitos. (CNES, 2022).

Figura 1 – Mapa da disposição de leitos de obstetrícia clínica na Bahia, disponibilizado pelo SUS.

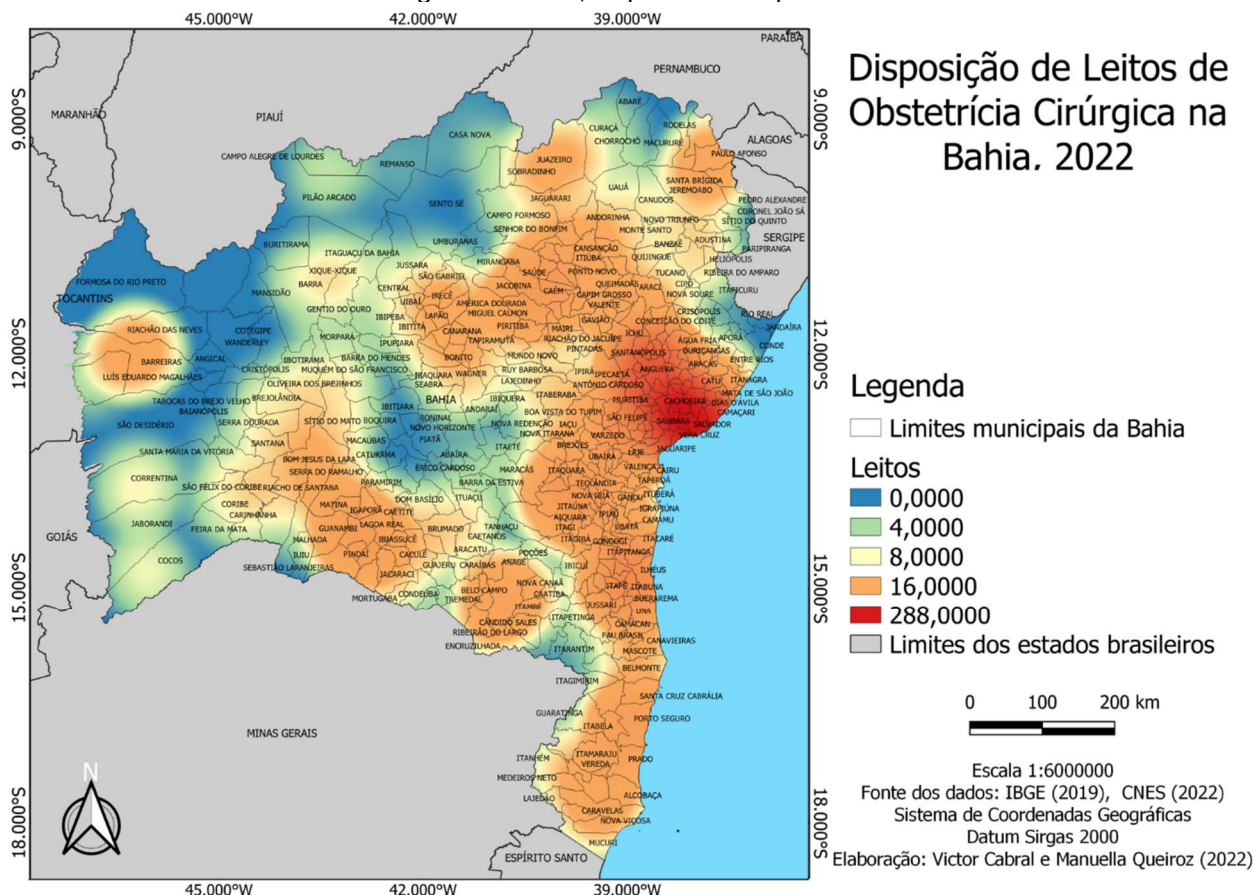


Fonte: Autoral



A figura 2 representa graficamente a distribuição de leitos de obstetrícia cirúrgica no estado baiano. Como no mapa anterior os leitos estão concentrados na região metropolitana de Salvador, onde na capital possui 238 leitos, seguindo de Feira de Santana com 143 leitos disponíveis. A região noroeste e parte do centro do estado possuem os menores índices de leitos, consequência da densidade populacional da área. (CNES, 2022).

Figura 2 – Mapa de disposição de leitos de obstetrícia cirúrgica na Bahia, disponibilizado pelo SUS.



Fonte: Autoral

Em comparação à Figura 01, percebe-se uma distribuição de leitos menos uniforme para os leitos de obstetrícia cirúrgica, sendo tal distribuição refletida nos números: no total, são 2.225 leitos de obstetrícia clínica e 1.349 leitos de obstetrícia cirúrgica de atendimento pelo SUS, no estado da Bahia. Em ambas figuras, é perceptível uma concentração de leitos na região leste do estado, em especial na região metropolitana de Salvador e em Feira de Santana.

De acordo com o IBGE (2010), a Bahia possui 417 municípios, dentre eles 314 possuem centro de parto pelo SUS (CNES, 2022). Ou seja, cerca de 25% dos municípios baianos não possuem um local seguro para realização de partos, necessitando recorrer a municípios vizinhos, podendo, assim, sobrecarregar outros centros de parto, principalmente quando se refere a região norte e oeste do estado, regiões que possuem menor quantidade de leitos.

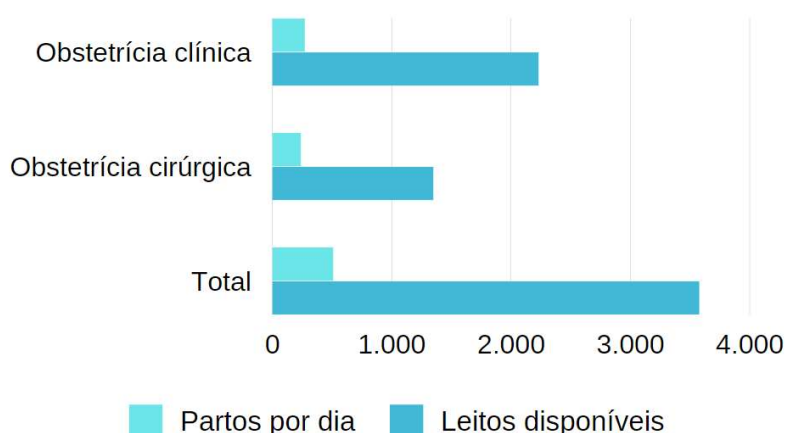




Dados do Departamento de Informática do SUS mostram que no ano de 2020 houveram 186103 nascimentos por ocorrências na Bahia (DATASUS, 2020). Dentre eles, 99.223 foram de obstetrícia clínica, correspondendo a 53,3% do total, enquanto 86.880 foram de obstetrícia cirúrgica, representando 46,7% do total.

A partir dos dados apresentados acima, verificou-se uma média de 509 partos por dia durante o ano de 2020, sendo 271 de obstetrícia clínica e 238 de cirúrgica. Ao comparar estas médias com a quantidade de leitos disponíveis no estado, nota-se que estes são suficientes numericamente para atender à população baiana. Estes dados estão expressos na figura 3.

Figura 3 – Gráfico comparativo entre quantidade de leitos e tipos de parto.



Fonte: Autoral

No entanto, é necessário atentar-se que se trata de um valor médio – a distribuição de partos ao longo do ano não é uniforme – e que muitas cidades, especialmente nas regiões oeste e norte do estado, não dispõem de leitos suficientes, sobrecarregando os municípios vizinhos.

O município de Vitória da Conquista sofre com falta de leitos nas maternidades, fechamento de unidades do SUS e falta de serviços essenciais, como a emergência ginecológica. Com a crise gerada pela pandemia da COVID-19, muitos leitos foram fechados, o serviço de obstetrícia do hospital de base foi fechado, desabilitando seus 20 leitos. Além do mais, o município deixou de ofertar o serviço de emergência ginecológica pelo SUS. A maternidade da Santa Casa São Vicente também foi fechada e as gestantes perderam mais uma unidade de atendimento pelo SUS (SINDMED, 2020).

De acordo com a Fundação Hospitalar de Feira de Santana (2020), a chegada de pacientes de outros municípios, sem regulação, tem causado superlotação na emergência do Hospital Inácia Pinto dos Santos (Hospital da Mulher). A migração destes pacientes pode se dar pela falta de assistência obstétrica em hospitais de muitos municípios do estado da Bahia, que não têm estrutura para receber essas pacientes, fazendo com que os mesmos encaminhem pacientes gestantes para esta unidade, sobrecarregando o atendimento.

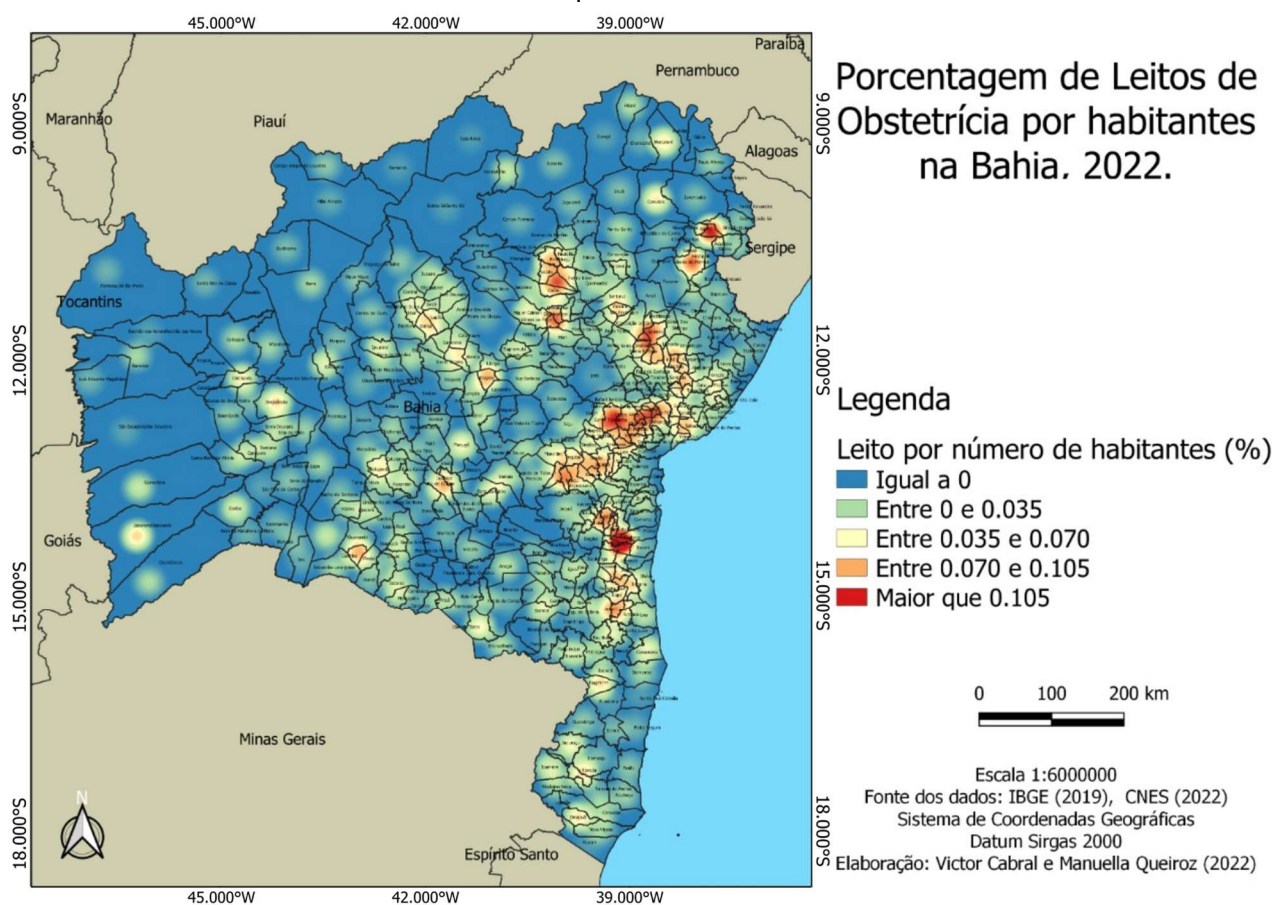
Em sua pesquisa, Matos (2019) afirma que a insuficiência de leitos obstétricos disponíveis obriga as gestantes a peregrinar pelos hospitais em busca de uma vaga para internação, o que se agrava à medida que o trabalho de parto se intensifica. Em Salvador, é corriqueiro que as gestantes em trabalho de parto passem por dois a três hospitais antes de conseguirem um leito para dar à luz.





Para compreender melhor a distribuição dos leitos nos municípios e sua suficiência, elaborou-se um mapa de calor que apresenta a porcentagem de leitos de obstetrícia por município do estado. A elaboração dos dados foi feita a partir dos valores já coletados da quantidade de leitos de parto, acrescido da população de todos dos municípios do estado da Bahia, colhidos do IBGE (2021). Após o recolhimento das informações, a quantidade de leitos de cada município foi dividida pela sua requerida população e multiplicada por 100, assim foi possível aferir a porcentagem de leitos por município e o mapa foi montado, como apresenta na figura abaixo.

Figura 4 – Mapa de porcentagem de leitos de obstetrícia por habitantes na Bahia, disponibilizado pelo SUS.



Fonte: Autoral

O mapa mostra que não há uma uniformidade entre a relação de leitos e população, existe uma variabilidade na proporção para cada município. Os centros com maior intensidade de leitos, Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista, não estão situadas em regiões vermelhas. Dessa forma, eles devem suprir apenas a demanda da sua população, não a demanda de outros municípios, o que justifica as superlotações nos centros, causando transtornos à população que necessita do serviço.

Além disso, as regiões norte e oeste possuem uma menor incidência de centros de parto relativos a população, mostrando que a baixa quantidade de leitos na área não é proporcional ao número de habitantes. Logo, é notável que a esta região pode estar sofrendo transtornos para suprir esse serviço.

5 CONCLUSÃO

Em um trabalho recente, a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2016), analisando a importância da cobertura sanitária urbana no bem-estar das populações do mundo, verificou um aumento da disponibilidade de infraestrutura em parâmetros relevantes, ao longo do último quarto de século. Mais recentemente, Tavolari (2020) traz à tona a afirmação de Lefevre "a urbanização não pode mais ser entendida como resultado ou subproduto da industrialização, pois não só a urbanização precedeu a industrialização na história, como também se desvinculou da indústria e passou a se impor ao longo da modernidade, apontando para uma tendência a uma "urbanização completa da sociedade".

Nesse entendimento, o direito à cidade, com uma agenda plétórica de demandas e lutas, não pode se eximir de entrelaçar-se de direitos essenciais como o direito à vida, neste caso ele traduzido na promoção do cuidado respeitoso e superação de barreiras para uma maternidade segura, essência da renovação da Sociedade (AUSTAD et alii, 2017). Neste trabalho, a verificação de cobertura territorial urbana ainda incompleta para a obstetrícia clínica e cirúrgica na Bahia permite colocar em relevo esta prioridade sem hesitação.

Os dados mostram que a quantidade de leitos de obstetrícia na Bahia é suficiente, porém não são bem distribuídos, sendo concentradas em poucos núcleos, a Região Metropolitana de Salvador como o principal, seguido de Feira de Santana e Vitória da Conquista, em que os três se localizam na porção leste do estado. Desta forma, estes locais acabam sofrendo superlotação em alguns casos, além de deixar as gestantes das regiões norte e oeste distantes de um local seguro para realização do seu parto, promovendo riscos à saúde pública, ferindo diretrizes do direito urbanístico.

REFERÊNCIAS

- Austad, K.; Chary, A. Martinez, B.; Juarez, M.; Martin, Y.J.; Ixen, E.C; Rohlof, P. 2017. **Obstetric care navigation: a new approach to promote respectful maternity care and overcome barriers to safe motherhood.** *Reproductive Health* 14:148. DOI 10.1186/s12978-017-0410-6.
- BADER, T.J. Segredos em Ginecologia e Obstetrícia. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BRASIL. **Constituição Federal reconhece saúde como direito fundamental.** Governo do Brasil, 2018. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/constituicao-30-anos/textos/constituicao-federal-reconhece-saude-como-direito-fundamental>>. Acesso em: 09 de abril de 2022.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade – guia para a implementação pelos municípios e cidadãos: Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. ROLNIK, Raquel (coord.). 3.ed. Brasília: CEF/ Polis, 2005.
- CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. **Indicadores – Leitos de obstetrícia cirúrgica.** DataSUS, 2022. Disponível em: <http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Leitos_Listar.asp?VCod_Leito=10&VTipo_Leito=4&VListar=1&VEstado=29&VMun=&VComp=>>. Acesso em: 06 de abril de 2022.
- CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. **Indicadores – Leitos de obstetrícia clínica.** DataSUS, 2022. Disponível em: <http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Leitos_Listar.asp?VCod_Leito=43&VTipo_Leito=4&VListar=1&VEstado=29&VMun=&VComp=>>. Acesso em: 06 de abril de 2022.



DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. **Nascidos vivos no Brasil – Nascimentos por ocorrência na Bahia.** 2020. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>>. Acesso em: 22 de abril de 2022.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE FEIRA DE SANTANA. **Chegada de pacientes de outros municípios, sem regulação, causa superlotação na emergência do Hospital da Mulher.** Feira de Santana, janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Chegada%20de%20pacientes%20de%20outros%20munic%EDpios,%20sem%20regula%E7%E3o,%20causa%20superlota%E7%E3o%20na%20emerg%Eancia%20do%20Hospital%20da%20Mulher&id=20&link=secom/noticias.asp&idn=24008>>. Acesso em: 22 de abril de 2022.

GUIMARÃES, Nara Moraes; FREITAS, Valéria Cristina de Souza; SENZI, Christina Galbiati de; GIL, Guilherme Trojillo; LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra; FRIAS, Danila Fernanda Rodrigues. **Partos no sistema único de saúde (SUS) brasileiro: prevalência e perfil das parturientes.** Brazilian Journal of Development, ISSN: 2525-8761. Universidade Brasil, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada do município do estado da Bahia.** Censo 2010. 2021. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>>. Acesso em: 06 de abril de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População residente na Bahia.** Censo, 2010. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>>. Acesso em: 06 de abril de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População feminina na Bahia.** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) 2019.

MATOS, Júlia de Souza. **CIDADE E MATERNIDADE: Uma análise através dos locais de parto e nascimento em Salvador.** Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador, 2019. Disponível em:

<https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/cidade_e_maternidade_julia_matos.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2022.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro.** 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 433.

Ministério da Educação. **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL. MANUAL DE ORIENTAÇÕES BÁSICAS.** Dezembro de 2006, Brasília/DF. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=338-manualorientabasicas&category_slug=pet-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=30192. Acesso em: 20 de abril de 2022.

SILVA, José Afonso. **Direito urbanístico brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 1997, p.31-32.

SILVEIRA, Paloma de Magalhães. **Percepção das puérperas sobre a assistência de enfermagem no parto normal.** Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró-FACENE/RN. Mossoró, 2016. Disponível em:

<<http://www.sistemasfacenern.com.br/repositorio/admin/acervo/c3fc945b9dad555a455ad5d10d5b4c9.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

Tavolari, B. 2020. **The right to the city: conceptual transformations and urban struggles.** Rev. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, 11(01):470-492. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/47788.

QGIS – versão 3.16.1. **SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA LIVRE E ABERTO.** Disponível em: <https://qgis.org/pt_BR/site/#>. Acesso em: 10 de abril de 2022.





Queiroz, MVL; Santos, MS; da Silva, DC. 2020. **Santa Bárbara e os PET/MEC em sintonia com a Agenda 2030 da ONU**. Trabalho apresentado no XIX ENEPET. São Luís, UFMA.

WHO, 2016. Health as the Pulse of the New Urban Agenda. **United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development, Quito, Ecuador**. Disponível em <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/250367/9789241511445-eng.pdf>. Acesso em 07/04/2022.



**INSTRUCTIONS FOR PREPARATION AND SUBMISSION OF MANUSCRIPTS TO THE
SCIENTIFIC COMMITTEE OF THE L BRAZILIAN CONGRESS ON ENGINEERING
EDUCATION AND V INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON EDUCATION IN
ENGINEERING – COBENGE 2022**

Abstract: Territorial coverage essential equipment for the realization of the Right to Health in the State of Bahia were visualized through heat maps developed from DataSUS data from the National Registry of Health Establishments (CNES), focusing on clinical and surgical obstetric beds, in the QGIS georeferencing platform. These representations made possible to identify, at least generically, some limitations in respectful care promotion and overcoming barriers to safe motherhood, in a central item for the Society's renewal. Even when obstetric beds may eventually considered as sufficient, 103 of the 417 municipalities in Bahia do not have clinical nor surgical obstetric beds. One registered situation were overcrowded attention at larger cities. Other is also the evidence that current obstetric beds distribution opens the possibility of routes of more than 200 km between the house and a safe place for the delivery, a health risk and conflict with the Right to the City. This work lines up with the trajectory of transdisciplinary works of the proponent Tutorial Group.

Keywords: motherhood, the Right to the Health, heat map, territorial coverage, georeferencin.